



Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.0787896-7

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Empresa de Pequeno Porte

Nº do Protocolo

00-2021/076266-7

23/03/2021 12:44:40

JUCERJA

Último arquivamento:

00003947546 - 08/10/2020

NIRE: 33.2.0787896-7

ROCA SERVICOS CONTABEIS E FISCAIS LTDA

Boleto(s): 103644842

Hash: 9C5AA852-DF32-4CA4-BF26-450E59DB0CBD

Orgão	Calculado	Pago
Junta	352,00	352,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

ROCA SERVICOS CONTABEIS E FISCAIS LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]**Requerente**

Nome:	Marcelo Pfaender de Lima
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE
Telefone de contato:	39883001
E-mail:	marcelo.pfaender@mazars.com.br
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	23/03/2021
Data da 1ª entrada:	



00-2021/076266-7

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ROCA SERVICOS CONTABEIS E FISCAIS LTDA

NIRE: 332.0787896-7 Protocolo: 00-2021/076266-7 Data do protocolo: 23/03/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/03/2021 SOB O NÚMERO 00004037612 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: B7B9791AAF4127F0A38C46D5B4B7F139D88DC154EB79EBF4F79D994E02278DFC

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 02/19

11ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE DENOMINADA

ROCA SERVIÇOS CONTÁBEIS E FISCAIS LTDA.

CNPJ/MF Nº 08.827.630/0001-46

NIRE: 33.2.0787896-7

Pelo presente Instrumento de Alteração de Contrato Social:

ALESSANDRA MAGALHÃES DA SILVA, brasileira, solteira, contadora, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº 11.916.722-9 DETRAN/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 082.767.807-09, inscrita no CRC/RJ sob o nº RJ-114724/O-7, residente e domiciliada na Cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, na Estrada Frei Orlando, 125, Jacaré, CEP: 24350-200.

Titular representando a totalidade do capital social da **ROCA SERVIÇOS CONTÁBEIS E FISCAIS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Rua Candelária, 60, 8º andar, unidades 801 a 807, 813, 814 e 9º andar, Centro, CEP: 20091-020, inscrita no **CNPJ/MF sob nº 08.827.630/0001-46**, com capital social de R\$ 1.000,00 (um mil Reais), dividido em 1.000 (uma mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um Real) cada, com Contrato Social de constituição arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.2.0787896-7, em sessão de 09 de maio de 2007, têm justo e contratado, por unanimidade, alterar o Contrato Social da Sociedade, de acordo com os seguintes termos:

I - DO INGRESSO DE SÓCIO

Através deste instrumento, decide a Titular, por unanimidade, restabelecer a pluralidade dos sócios e, conseqüentemente, formalizar o ingresso na Sociedade do novo sócio **LUCIANO CARDOSO DA SILVA**, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, portador da Cédula de Identidade Profissional nº 085086/O-9 CRC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 016.415.167-20, residente e domiciliado no Município de Belford Roxo, no Estado do Rio de Janeiro, na Rua Júlio, 5A, Bairro dos Ferreiras, CEP: 26183-720, por decisão das Partes acima qualificadas, passa o Sr. **LUCIANO CARDOSO DA SILVA** a deter, a partir do presente ato, 500 (quinhentas) quotas do capital social da Sociedade, no valor nominal de R\$ 1,00 (um Real) cada, totalizando a quantia de R\$ 500,00 (quinhentos Reais). A citada transposição de quotas se deu através da cessão e transferência da sócia **ALESSANDRA MAGALHÃES DA SILVA**, qualificada no preâmbulo, em caráter oneroso, cujo pagamento é feito neste ato pelo sócio cessionário à sócia cedente, em moeda corrente nacional.

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandra Magalhaes Da Silva e Luciano Cardoso Da Silva. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 223D-8FFF-6742-29F4.

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandra Magalhaes Da Silva e Luciano Cardoso Da Silva. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 223D-8FFF-6742-29F4.

A cessão de quotas ora ocorrida é realizada de forma irrevogável e irretratável. A sócia cedente **ALESSANDRA MAGALHÃES DA SILVA**, dá neste ato ao sócio e a Sociedade, a mais ampla, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação relativamente às quotas ora cedidas, para mais nada reclamarem um do outro, a qualquer tempo, em juízo ou fora dele, a qualquer título e pretexto.

Com a cessão e transferência de quotas realizada através do presente Instrumento, a sócia **ALESSANDRA MAGALHÃES DA SILVA** passará a deter 500 (quinhentas) quotas do capital social da Sociedade, cada uma no valor de R\$ 1,00 (um Real), somando a quantia de R\$ 500,00 (quinhentos Reais).

Em decorrência da alteração mencionada no item precedente, resolvem os sócios, alterar a redação da Cláusula 3ª - Do Capital Social da Consolidação do Contrato Social, que passará a ter a seguinte redação:

“Cláusula 3ª – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 1.000,00 (um mil Reais), dividido em 1.000 (uma mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um Real) cada, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente do país e distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	QUANTIDADE DE QUOTAS	VALOR TOTAL DAS QUOTAS (R\$)
Alessandra Magalhães da Silva	500	500,00
Luciano Cardoso da Silva	500	500,00
TOTAL	1.000	1. 000,00

Parágrafo Único - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.”

II – DA ALTERAÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA DA SOCIEDADE

Considerando o ingresso de novo sócio ao quadro societário da Sociedade, sua natureza jurídica será transformada de “**SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL**” para “**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**”, respeitado o disposto nos artigos 1.052 a 1.087 da Lei 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), conforme descrito na consolidação do Contrato Social da Sociedade.

III – DA ALTERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Ato contínuo, em decorrência do deliberado no Item I acima, tendo em vista o ingresso do sócio **LUCIANO CARDOSO DA SILVA**, a administração da sociedade passará a ser exercida, conjuntamente, pelos sócios **ALESSANDRA MAGALHÃES DA SILVA** e **LUCIANO CARDOSO DA SILVA**, a quem competirá à

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandra Magalhaes Da Silva e Luciano Cardoso Da Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 223D-8FFF-6742-29F4.

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandra Magalhaes Da Silva e Luciano Cardoso Da Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 223D-8FFF-6742-29F4.

administração e a direção dos negócios sociais e a prática dos atos necessários ao funcionamento normal e regular das atividades econômicas da Sociedade, conforme descrito na consolidação do Contrato Social da Sociedade.

IV – DA ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, CONTÁBEIS E SOCIAIS

Resolvem os sócios, por unanimidade, alterar a redação da Cláusula 5ª - Das Demonstrações Financeiras, Contábeis e Sociais do Contrato Social, que passará a vigor de acordo com os termos abaixo:

“CLÁUSULA 5ª – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, CONTÁBEIS E SOCIAIS

O exercício social, em coincidência com o ano civil, tem início em 1º de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro, quando serão levantados o balanço e as respectivas demonstrações financeiras, em conformidade com as prescrições contratuais, legais e contábeis.

Parágrafo Primeiro – *Havendo lucros, os mesmos serão distribuídos proporcionalmente à participação de cada sócio quotista, admitida a distribuição não proporcional, desde que assim decidam os sócios administradores.*

a) Os sócios terão o direito de destinar a totalidade ou parte dos lucros para um fundo de reserva; e,

b) Os prejuízos serão transferidos para o exercício seguinte, respeitadas as disposições legais.

Parágrafo Segundo – *Os administradores, por sua iniciativa ou a requerimento de qualquer sócio, poderão, no curso do exercício social, levantar balanços intermediários, competindo à Assembleia de Sócios, para tanto convocada, deliberar sobre a destinação aos eventuais lucros líquidos apurados.”*

V – DA UNIFICAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS TERMOS DAS CLÁUSULAS 6ª E 7ª DO CONTRATO SOCIAL

Os sócios, por unanimidade, resolvem unificar e adequar os termos das Cláusulas 6ª e 7ª do Contrato Social, que passará a ser denominada, unicamente, como Cláusula 6ª – Do Falecimento, Interdição e Impedimentos e passará a vigor com a redação abaixo, sendo, conseqüentemente, renumerada a ordem das demais cláusulas do instrumento contratual:

“CLÁUSULA 6ª – DO FALECIMENTO, INTERDIÇÃO E IMPEDIMENTOS

Em caso de falecimento, interdição, impedimento definitivo ou desistência de continuidade de qualquer dos sócios, o valor das quotas do capital social que tiver integralizado, corrigido monetariamente pela variação acumulada do IPC ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo como indicador oficial de inflação no Brasil na data da retirada, entre a(s) data(s) da(s) efetiva(s) integralização(ões) e a data do falecimento, interdição, impedimento definitivo ou desistência de continuidade de qualquer dos sócios, será reembolsado aos herdeiros ou

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandra Magalhaes Da Silva e Luciano Cardoso Da Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 223D-8FFF-6742-29F4.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ROCA SERVICOS CONTABEIS E FISCAIS LTDA

NIRE: 332.0787896-7 Protocolo: 00-2021/076266-7 Data do protocolo: 23/03/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/03/2021 SOB O NÚMERO 00004037612 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: B7B9791AAF4127F0A38C46D5B4B7F139D88DC154EB79EBF4F79D994E02278DFC

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



a quem de direito em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela 30 (trinta) dias contados a partir da data da morte ou retirada do sócio interditado ou impedido.

Parágrafo Único - Se em partilha decorrente de separação judicial, divórcio ou dissolução de união estável de sócios forem atribuídas quotas sociais a cônjuge ou convivente não sócio, a este serão pagos os respectivos haveres sociais, segundo o procedimento estabelecido no caput deste artigo.”

VI – DA INCLUSÃO DA CLÁUSULA DE CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

Resolvem os sócios, por unanimidade, incluir a Cláusula de Cessão e Transferência de Quotas, que vigorará conforme abaixo:

“CLÁUSULA 7ª - DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

As quotas sociais e os direitos de subscrição poderão ser cedidos entre os sócios livremente, contudo não poderão ser cedidos a terceiros, sem que antes os demais sócios e a sociedade sejam notificados por escrito e com prazo de 30 (trinta) dias, para exercerem, em igualdade de condições, seu direito de preferência na aquisição. Não havendo manifestação dentro dos 30 (trinta) dias, por parte dos demais sócios, estes perderão o direito de preferência. A notificação conterà o nome do terceiro interessado na aquisição das quotas e o preço por ele proposto.

Parágrafo Primeiro - Se todos os demais sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas e/ou direitos de subscrição se fará na proporção das quotas que então possuírem. Se nem todos exercerem o direito de preferência, os demais sócios poderão, no prazo adicional de 10 (dez) dias, adquirir, pro-rata, as quotas e/ou direitos que restarem.

Parágrafo Segundo - A sociedade somente poderá exercer o direito de preferência à aquisição total ou parcial das quotas, se os sócios não o exercerem.

Parágrafo Terceiro - Os sócios remanescentes poderão rejeitar, expressamente, no mesmo prazo para manifestação do direito de preferência, mencionado no caput deste artigo, o nome do terceiro interessado na aquisição das quotas.

I - Em caso de discordância o cedente poderá indicar, por escrito, até 2 (dois) novos interessados na aquisição das quotas, informando os nomes e os preços por eles propostos, devolvendo-se o prazo de 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência pelos sócios e pela sociedade.

II - Persistindo a discordância, promover-se-á a liquidação dessas quotas, restituindo ao sócio retirante seus haveres, na forma da Cláusula 9ª deste Contrato Social.

Parágrafo Quarto - Não exercido o direito de preferência pelos quotistas e/ou pela sociedade, bem como não rejeitado, expressamente, o nome do terceiro interessado, o cedente está automaticamente autorizado a efetivar a cessão a um dos terceiros indicados, tendo para tanto o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do vencimento do prazo indicado no caput deste artigo, e após o qual a notificação perderá sua eficácia.

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandra Magalhaes Da Silva e Luciano Cardoso Da Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 223D-8FFF-6742-29F4.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ROCA SERVICOS CONTABEIS E FISCAIS LTDA

NIRE: 332.0787896-7 Protocolo: 00-2021/076266-7 Data do protocolo: 23/03/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/03/2021 SOB O NÚMERO 00004037612 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: B7B9791AAF4127F0A38C46D5B4B7F139D88DC154EB79EBF4F79D994E02278DFC

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Parágrafo Quinto - A não observância do disposto neste artigo torna a transferência, cessão, alienação ou oneração, nula.

Parágrafo Sexto - Se as quotas forem alienadas a terceiros, cuja condição profissional não for idêntica à do sócio alienante, o Contrato Social deverá ser alterado para cumprimento das restrições previstas pelo artigo 25, do Decreto-Lei nº 9.295/46, assim como a modificação do objeto social e da responsabilidade técnica.

Parágrafo Sétimo - O não exercício, por parte do outro sócio, quanto ao direito de preferência, permitirá que o sócio alienante efetue a transferência das quotas oferecidas, observando-se, contudo, que o adquirente terá que ser obrigatoriamente contabilista ou profissional de outra profissão regulamentada, com registro no seu respectivo órgão de fiscalização.”

VII – DA INCLUSÃO DA CLÁUSULA DE DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS

Os sócios resolvem, por unanimidade, incluir ao Contrato Social a Cláusula de Deliberação dos Sócios, que vigorará de acordo com os seguintes termos:

“CLÁUSULA 8ª – DA DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS

O Contrato Social somente será alterado por sócios que representem no mínimo 75% do capital social integralizado, sendo que qualquer dos sócios que não concordar com a alteração, nos termos do artigo 1077 da Lei nº 10.406/2002, terá direito ao recesso, recebendo seus haveres nos termos da Cláusula 9ª, deste instrumento.

Parágrafo Primeiro: A Assembleia de Sócios que tem poderes para decidir todos os negócios da sociedade será convocada pelos Administradores, por três vezes, através de aviso convocatório, que deverá mediar entre a data da primeira inserção e a da realização da assembleia o prazo mínimo de oito dias para a primeira convocação e de cinco dias para as posteriores.

Parágrafo Segundo: A publicação do aviso convocatório deverá ser feita no órgão oficial do Estado e em jornal de grande circulação.

Parágrafo Terceiro: Dispensam-se as formalidades de convocação, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Quarto: Os sócios que representem a maioria simples do capital social integralizado também poderão convocar a Assembleia, desde logo, indicando a matéria a ser deliberada, quando os administradores retardarem a convocação, por mais de 60 (sessenta) dias, nos casos previstos em lei ou no contrato.

Parágrafo Quinto - Haverá pelo menos uma Assembleia de Sócios por ano, nos quatro primeiros meses do exercício social subsequente, para tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico do ano-calendário anterior, assim como para deliberar sobre outros assuntos de interesse da sociedade.

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandra Magalhaes Da Silva e Luciano Cardoso Da Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 223D-8FFF-6742-29F4.

Parágrafo Sexto - As deliberações sociais serão sempre tomadas com base na participação dos sócios no capital social integralizado em Assembleia de Sócios, cujo quórum de instalação, em primeira convocação, é de $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, e, em segunda convocação, instala-se com qualquer número. À exceção dos quoruns especiais previstos neste contrato, as demais deliberações seguirão o quanto disposto no Código Civil em vigor.

Parágrafo Sétimo - Se houver empate na votação, prevalecerá à deliberação que contar com os votos dos administradores. Se ainda assim persistir o empate, prevalecerá à deliberação que contar com maior número de votos por cabeça.

Parágrafo Oitavo - A prática dos seguintes atos dependerá da aprovação de sócios que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social integralizado:

- a) Decisão relativa à fusão, cisão, incorporação, transformação ou qualquer outra forma de associação com outras Sociedades, ou para reforma total ou parcial deste contrato;
- b) Liquidação da Sociedade;
- c) Fazer, mandar fazer ou permitir algum ato em virtude do qual os bens da Sociedade possam ser embargados ou sequestrados;
- d) Realizar investimentos em outras Sociedades de valor superior a 20% do capital social integralizado;
- e) Requerer recuperação judicial ou falência da Sociedade;
- f) Concessão de quaisquer benefícios em favor de quaisquer dos sócios."

VIII - DA INCLUSÃO DA CLÁUSULA DE EXCLUSÃO DE SÓCIOS

Acordam os sócios, por unanimidade, pela inclusão da Cláusula de Exclusão de Sócios, que passará a vigor de acordo com o abaixo:

"CLÁUSULA 9ª - DA EXCLUSÃO DE SÓCIOS

É admitida a exclusão de qualquer dos sócios da Sociedade, a qualquer tempo, por justa causa, mediante a decisão de sócios que representem pelo menos, 50% do capital social integralizado.

Parágrafo Primeiro - Entende-se por justa causa como sendo qualquer inobservância pelo sócio em questão das obrigações previstas neste Contrato ou em qualquer Documento Relacionado e/ou na legislação aplicável, incluindo, (i) culpa ou dolo na condução dos negócios da respectiva sociedade, (ii) prática de atos contrários ao disposto na legislação aplicável, neste Contrato ou em qualquer Documento Relacionado, (iii) imposição de qualquer sanção (seja disciplinar ou de outra natureza) pelo órgão regulador da profissão no qual o sócio em questão seja ou deveria ser inscrito para o desempenho de suas atividades profissionais, (iv) prática de atos com a intenção de obter vantagem em nome próprio ou para terceiro que sejam prejudiciais aos interesses da respectiva sociedade, (v) quebra do affectio societatis; (vi) descumprimento de qualquer obrigação decorrente de qualquer contrato firmado pela Sociedade; e, (vii) ações do sócio que esteja tipificadas nos motivos passíveis da exclusão de sócio em qualquer Documento Relacionado.

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandra Magalhaes Da Silva e Luciano Cardoso Da Silva. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 223D-8FFF-6742-29F4.

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandra Magalhaes Da Silva e Luciano Cardoso Da Silva. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 223D-8FFF-6742-29F4.

Parágrafo Segundo - Ao sócio de Saída, com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias, será dada ciência da causa justificada que se lhe imputa e será convocada Assembleia de Sócios, destinada a deliberar sobre a exclusão, na qual, por si ou por procurador, poderá o Sócio de Saída usar da palavra e inclusive oferecer defesa escrita, mas sem direito de voto.

Parágrafo Terceiro - Os sócios excluídos da Sociedade por decisão dos demais sócios, farão jus ao reembolso das quotas por ele efetivamente integralizadas, através da apuração dos haveres, que consistirá na devolução do valor investido para integralizar a sua participação no capital social, bem como, do valor relacionado ao capital de giro, até a data de sua retira, exclusão, sucessão, aposentadoria compulsória, falecimento, ausência e incapacidade, devidamente corrigido, conforme segue: (i) para a integralização do capital – a correção será realizada pelo índice que refletir a inflação do período contado da data de integralização e (ii) para o capital de giro: o índice de correção a ser aplicado é o de 100% (cem por cento) do CDI ou outro índice que venha a substituí-lo, sendo considerada como data base para a apuração, a data da saída efetiva da Sociedade até a quitação da 24ª (vigésima quarta) parcela.

Parágrafo Quarto - O pagamento dos haveres se dará em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, devidamente corrigidas, conforme descrito no parágrafo precedente, sendo que a primeira parcela terá vencimento em 60 (sessenta) dias após a data base da apuração descrita no parágrafo acima.

Parágrafo Quinto - O pagamento dos valores mencionados nos parágrafos terceiro e quarto acima isentará a sociedade das quotas e os demais sócios de quaisquer outros pagamentos ao Sócio de Saída ou a qualquer sucessor, inventariante ou curador do Sócio de Saída, a qualquer título.”

IX – DA ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA DE DESIMPEDIMENTO

Em virtude da alteração da administração da Sociedade, a Cláusula 10ª – Declaração de Desimpedimento do Contrato Social passará a vigor de acordo com a seguinte redação:

“CLÁUSULA 10ª – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Os administradores nomeados, **ALESSANDRA MAGALHÃES DA SILVA** e **LUCIANO CARDOSO DA SILVA** declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.”

X – DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandra Magalhaes Da Silva e Luciano Cardoso Da Silva. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 223D-8FFF-6742-29F4.

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandra Magalhaes Da Silva e Luciano Cardoso Da Silva. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 223D-8FFF-6742-29F4.

Em razão das alterações contratuais deliberadas neste Instrumento, resolvem os sócios, por unanimidade, pela consolidação do Contrato Social da Sociedade, que passará a incorporar todas as alterações acima determinadas e a vigorar com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

ROCA SERVIÇOS CONTÁBEIS E FISCAIS LTDA.

CNPJ/MF nº 08.827.630/0001-46

NIRE: 33.2.0787896-7

ALESSANDRA MAGALHÃES DA SILVA, brasileira, solteira, contadora, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº 11.916.722-9 DETRAN/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 082.767.807-09, inscrita no CRC/RJ sob o nº RJ-114724/O-7, residente e domiciliada na Cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, na Estrada Frei Orlando, 125, Jacaré, CEP: 24350-200; e,

LUCIANO CARDOSO DA SILVA, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, portador da Cédula de Identidade Profissional nº 085086/O-9 CRC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 016.415.167-20, residente e domiciliado no Município de Belford Roxo, no Estado do Rio de Janeiro, na Rua Júlio, 5A, Bairro dos Ferreiras, CEP: 26183-720.

Únicos sócios representando a totalidade do capital social da **ROCA SERVIÇOS CONTÁBEIS E FISCAIS LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Candelária, nº 60, 8º andar, unidades 801 a 807, 813, 814 e 9º andar, Centro, CEP: 20091-020, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.827.630/0001-46, com capital social de R\$ 1.000,00 (um mil Reais), dividido em 1.000 (uma mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um Real) cada, com Contrato Social de constituição arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.2.0787896-7, em sessão de 09 de maio de 2007, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA 1ª - DA DENOMINAÇÃO E SEDE

A sociedade girará sob a denominação social de **ROCA SERVIÇOS CONTÁBEIS E FISCAIS LTDA.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Candelária, nº 60, 8º andar, unidades 801 a 807, 813, 814 e 9º andar, Centro, CEP: 20091-020, e será regida pelas disposições do Código Civil aplicáveis especificadamente ao tipo jurídico adotado, para os casos omissos no presente instrumento e no Código Civil, os mesmos serão regidos supletivamente pela Lei nº 6.404/76, nos termos do § 1º, no artigo 1.503 do Código Civil.

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandra Magalhaes Da Silva e Luciano Cardoso Da Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 223D-8FFF-6742-29F4.

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandra Magalhaes Da Silva e Luciano Cardoso Da Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 223D-8FFF-6742-29F4.

Parágrafo Único – O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA 2ª – DO OBJETO SOCIAL

O objeto social é a prestação de serviços profissionais de assistência contábil, organização de sistemas contábeis, assistência contábil-fiscal, perícia contábil e demais serviços inerentes à profissão de contador e técnico em contabilidade, nos termos do artigo 25 do Decreto-Lei nº 9.295/46, combinado com as Resoluções do CFC vigentes.

CLÁUSULA 3ª – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 1.000,00 (um mil Reais), dividido em 1.000 (uma mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um Real) cada, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente do país e distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	QUANTIDADE DE QUOTAS	VALOR TOTAL DAS QUOTAS (R\$)
Alessandra Magalhães da Silva	500	500,00
Luciano Cardoso da Silva	500	500,00
TOTAL	1.000	1. 000,00

Parágrafo Único - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA 4ª – DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida, conjuntamente, pelos sócios **ALESSANDRA MAGALHÃES DA SILVA** e **LUCIANO CARDOSO DA SILVA** e/ou pelos procuradores por eles constituídos, sendo que as procurações atenderão ao disposto no artigo 1.018 do Código Civil, e sempre conterão os atos e operações que poderão ser praticadas pelos procuradores e o prazo de validade.

Parágrafo Primeiro – Os administradores ficam dispensados de prestar caução.

Parágrafo Segundo – Os administradores fixarão uma retirada mensal a título de “pró-labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Parágrafo Terceiro – Internamente, são atribuídos os poderes de gestão administrativa. Externamente, são atribuídos os poderes para representar a sociedade ativa e passivamente, judicial ou

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandra Magalhaes Da Silva e Luciano Cardoso Da Silva. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 223D-8FFF-6742-29F4.

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandra Magalhaes Da Silva e Luciano Cardoso Da Silva. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 223D-8FFF-6742-29F4.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ROCA SERVICOS CONTABEIS E FISCAIS LTDA

NIRE: 332.0787896-7 Protocolo: 00-2021/076266-7 Data do protocolo: 23/03/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/03/2021 SOB O NÚMERO 00004037612 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: B7B9791AAF4127F0A38C46D5B4B7F139D88DC154EB79EBF4F79D994E02278DFC

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



extrajudicialmente, podendo transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordos e contrair obrigações.

Parágrafo Quarto – Poderão ser designados administradores não sócios, desde que em cláusula específica ou em ato separado e que obedeça às formalidades da legislação vigente.

Parágrafo Quinto - Externamente, a Sociedade considerar-se-á obrigada e/ou representada:

- a) Por ambos administradores, em conjunto;
- b) Por um(a) procurador(a), estritamente de acordo com os poderes contidos nos respectivos instrumentos de mandato; ou,
- c) Por um(a) procurador(a) e por ambos administradores (conjuntamente), para questões relacionadas às movimentações de cunho financeiro, compreendendo, mas não se limitando, as movimentações bancárias, assinatura de contratos de câmbio e pagamentos de títulos e tributos, bem como, demais poderes que estiverem discriminados no instrumento de procuração.

Parágrafo Sexto - A outorga de procuração, em nome da sociedade, somente poderá ser feita desde que:

- a) Assinada conjuntamente por ambos administradores;
- b) Contenha prazo determinado de vigência, exceto se para fins judiciais; e,
- c) Especifique os atos a serem praticados.

CLÁUSULA 5ª - DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, CONTÁBEIS E SOCIAIS

O exercício social, em coincidência com o ano civil, tem início em 1º de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro, quando serão levantados o balanço e as respectivas demonstrações financeiras, em conformidade com as prescrições contratuais, legais e contábeis.

Parágrafo Primeiro – Havendo lucros, os mesmos serão distribuídos proporcionalmente à participação de cada sócio quotista, admitida a distribuição não proporcional, desde que assim decidam os sócios administradores.

- a) Os sócios terão o direito de destinar a totalidade ou parte dos lucros para um fundo de reserva; e,
- b) Os prejuízos serão transferidos para o exercício seguinte, respeitadas as disposições legais.

Parágrafo Segundo – Os administradores, por sua iniciativa ou a requerimento de qualquer sócio, poderão, no curso do exercício social, levantar balanços intermediários, competindo à Assembleia de Sócios, para tanto convocada, deliberar sobre a destinação aos eventuais lucros líquidos apurados.

CLÁUSULA 6ª - DO FALECIMENTO, INTERDIÇÃO E IMPEDIMENTOS

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandra Magalhaes Da Silva e Luciano Cardoso Da Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 223D-8FFF-6742-29F4.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ROCA SERVICOS CONTABEIS E FISCAIS LTDA

NIRE: 332.0787896-7 Protocolo: 00-2021/076266-7 Data do protocolo: 23/03/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/03/2021 SOB O NÚMERO 00004037612 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: B7B9791AAF4127F0A38C46D5B4B7F139D88DC154EB79EBF4F79D994E02278DFC

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Em caso de falecimento, interdição, impedimento definitivo ou desistência de continuidade de qualquer dos sócios, o valor das quotas do capital social que tiver integralizado, corrigido monetariamente pela variação acumulada do IPC ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo como indicador oficial de inflação no Brasil na data da retirada, entre a(s) data(s) da(s) efetiva(s) integralização(ões) e a data do falecimento, interdição, impedimento definitivo ou desistência de continuidade de qualquer dos sócios, será reembolsado aos herdeiros ou a quem de direito em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela 30 (trinta) dias contados a partir da data da morte ou retirada do sócio interditado ou impedido.

Parágrafo Único - Se em partilha decorrente de separação judicial, divórcio ou dissolução de união estável de sócio forem atribuídas quotas sociais a cônjuge ou convivente não sócio, a este serão pagos os respectivos haveres sociais, segundo o procedimento estabelecido no caput deste artigo.

CLÁUSULA 7ª - DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

As quotas sociais e os direitos de subscrição poderão ser cedidos entre os sócios livremente, contudo não poderão ser cedidos a terceiros, sem que antes os demais sócios e a sociedade sejam notificados por escrito e com prazo de 30 (trinta) dias, para exercerem, em igualdade de condições, seu direito de preferência na aquisição. Não havendo manifestação dentro dos 30 (trinta) dias, por parte dos demais sócios, estes perderão o direito de preferência. A notificação conterá o nome do terceiro interessado na aquisição das quotas e o preço por ele proposto.

Parágrafo Primeiro - Se todos os demais sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas e/ou direitos de subscrição se fará na proporção das quotas que então possuírem. Se nem todos exercerem o direito de preferência, os demais sócios poderão, no prazo adicional de 10 (dez) dias, adquirir, pro-rata, as quotas e/ou direitos que restarem.

Parágrafo Segundo - A sociedade somente poderá exercer o direito de preferência à aquisição total ou parcial das quotas, se os sócios não o exercerem.

Parágrafo Terceiro - Os sócios remanescentes poderão rejeitar, expressamente, no mesmo prazo para manifestação do direito de preferência, mencionado no caput deste artigo, o nome do terceiro interessado na aquisição das quotas.

I - Em caso de discordância o cedente poderá indicar, por escrito, até 2 (dois) novos interessados na aquisição das quotas, informando os nomes e os preços por eles propostos, devolvendo-se o prazo de 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência pelos sócios e pela sociedade.

II - Persistindo a discordância, promover-se-á a liquidação dessas quotas, restituindo ao sócio retirante seus haveres, na forma da Cláusula 9ª deste Contrato Social.

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandra Magalhaes Da Silva e Luciano Cardoso Da Silva. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 223D-8FFF-6742-29F4.

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandra Magalhaes Da Silva e Luciano Cardoso Da Silva. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 223D-8FFF-6742-29F4.

Parágrafo Quarto - Não exercido o direito de preferência pelos quotistas e/ou pela sociedade, bem como não rejeitado, expressamente, o nome do terceiro interessado, o cedente está automaticamente autorizado a efetivar a cessão a um dos terceiros indicados, tendo para tanto o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do vencimento do prazo indicado no caput deste artigo, e após o qual a notificação perderá sua eficácia.

Parágrafo Quinto - A não observância do disposto neste artigo torna a transferência, cessão, alienação ou oneração, nula.

Parágrafo Sexto - Se as quotas forem alienadas a terceiros, cuja condição profissional não for idêntica à do sócio alienante, o Contrato Social deverá ser alterado para cumprimento das restrições previstas pelo artigo 25, do Decreto-Lei nº 9.295/46, assim como a modificação do objeto social e da responsabilidade técnica.

Parágrafo Sétimo - O não exercício, por parte do outro sócio, quanto ao direito de preferência, permitirá que o sócio alienante efetue a transferência das quotas oferecidas, observando-se, contudo, que o adquirente terá que ser obrigatoriamente contabilista ou profissional de outra profissão regulamentada, com registro no seu respectivo órgão de fiscalização.

CLÁUSULA 8ª – DA DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS

O Contrato Social somente será alterado por sócios que representem no mínimo 75% do capital social integralizado, sendo que qualquer dos sócios que não concordar com a alteração, nos termos do artigo 1077 da Lei nº 10.406/2002, terá direito ao recesso, recebendo seus haveres nos termos da Cláusula 9ª, deste instrumento.

Parágrafo Primeiro: A Assembleia de Sócios que tem poderes para decidir todos os negócios da sociedade será convocada pelos Administradores, por três vezes, através de aviso convocatório, que deverá mediar entre a data da primeira inserção e a da realização da assembleia o prazo mínimo de oito dias para a primeira convocação e de cinco dias para as posteriores.

Parágrafo Segundo: A publicação do aviso convocatório deverá ser feita no órgão oficial do Estado e em jornal de grande circulação.

Parágrafo Terceiro: Dispensam-se as formalidades de convocação, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Quarto: Os sócios que representem a maioria simples do capital social integralizado também poderão convocar a Assembleia, desde logo, indicando a matéria a ser deliberada, quando os administradores retardarem a convocação, por mais de 60 (sessenta) dias, nos casos previstos em lei ou no contrato.

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandra Magalhaes Da Silva e Luciano Cardoso Da Silva. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 223D-8FFF-6742-29F4.

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandra Magalhaes Da Silva e Luciano Cardoso Da Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 223D-8FFF-6742-29F4.

Parágrafo Quinto - Haverá pelo menos uma Assembleia de Sócios por ano, nos quatro primeiros meses do exercício social subsequente, para tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico do ano-calendário anterior, assim como para deliberar sobre outros assuntos de interesse da sociedade.

Parágrafo Sexto - As deliberações sociais serão sempre tomadas com base na participação dos sócios no capital social integralizado em Assembleia de Sócios, cujo quórum de instalação, em primeira convocação, é de $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, e, em segunda convocação, instala-se com qualquer número. À exceção dos quoruns especiais previstos neste contrato, as demais deliberações seguirão o quanto disposto no Código Civil em vigor.

Parágrafo Sétimo - Se houver empate na votação, prevalecerá à deliberação que contar com os votos dos administradores. Se ainda assim persistir o empate, prevalecerá à deliberação que contar com maior número de votos por cabeça.

Parágrafo Oitavo - A prática dos seguintes atos dependerá da aprovação de sócios que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social integralizado:

- g) Decisão relativa à fusão, cisão, incorporação, transformação ou qualquer outra forma de associação com outras Sociedades, ou para reforma total ou parcial deste contrato;
- h) Liquidação da Sociedade;
- i) Fazer, mandar fazer ou permitir algum ato em virtude do qual os bens da Sociedade possam ser embargados ou sequestrados;
- j) Realizar investimentos em outras Sociedades de valor superior a 20% do capital social integralizado;
- k) Requerer recuperação judicial ou falência da Sociedade;
- l) Concessão de quaisquer benefícios em favor de quaisquer dos sócios.

CLÁUSULA 9ª - DA EXCLUSÃO DE SÓCIOS

É admitida a exclusão de qualquer dos sócios da Sociedade, a qualquer tempo, por justa causa, mediante a decisão de sócios que representem pelo menos, 50% do capital social integralizado.

Parágrafo Primeiro - Entende-se por justa causa como sendo qualquer inobservância pelo sócio em questão das obrigações previstas neste Contrato ou em qualquer Documento Relacionado e/ou na legislação aplicável, incluindo, (i) culpa ou dolo na condução dos negócios da respectiva sociedade, (ii) prática de atos contrários ao disposto na legislação aplicável, neste Contrato ou em qualquer Documento Relacionado, (iii) imposição de qualquer sanção (seja disciplinar ou de outra natureza) pelo órgão regulador da profissão no qual o sócio em questão seja ou deveria ser inscrito para o desempenho de suas atividades profissionais, (iv) prática de atos com a intenção de obter vantagem em nome próprio ou para terceiro que sejam prejudiciais aos interesses da respectiva sociedade, (v) quebra do affectio societatis; (vi) descumprimento de qualquer obrigação decorrente de qualquer contrato firmado pela Sociedade; e, (vii) ações do sócio que esteja tipificadas nos motivos passíveis da exclusão de sócio em qualquer Documento Relacionado.

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandra Magalhaes Da Silva e Luciano Cardoso Da Silva. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 223D-8FFF-6742-29F4.

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandra Magalhaes Da Silva e Luciano Cardoso Da Silva. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 223D-8FFF-6742-29F4.

Parágrafo Segundo - Ao sócio de Saída, com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias, será dada ciência da causa justificada que se lhe imputa e será convocada Assembleia de Sócios, destinada a deliberar sobre a exclusão, na qual, por si ou por procurador, poderá o Sócio de Saída usar da palavra e inclusive oferecer defesa escrita, mas sem direito de voto.

Parágrafo Terceiro - Os sócios excluídos da Sociedade por decisão dos demais sócios, farão jus ao reembolso das quotas por ele efetivamente integralizadas, através da apuração dos haveres, que consistirá na devolução do valor investido para integralizar a sua participação no capital social, bem como, do valor relacionado ao capital de giro, até a data de sua retira, exclusão, sucessão, aposentadoria compulsória, falecimento, ausência e incapacidade, devidamente corrigido, conforme segue: (i) para a integralização do capital – a correção será realizada pelo índice que refletir a inflação do período contado da data de integralização e (ii) para o capital de giro: o índice de correção a ser aplicado é o de 100% (cem por cento) do CDI ou outro índice que venha a substituí-lo, sendo considerada como data base para a apuração, a data da saída efetiva da Sociedade até a quitação da 24ª (vigésima quarta) parcela.

Parágrafo Quarto - O pagamento dos haveres se dará em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, devidamente corrigidas, conforme descrito no parágrafo precedente, sendo que a primeira parcela terá vencimento em 60 (sessenta) dias após a data base da apuração descrita no parágrafo acima.

Parágrafo Quinto - O pagamento dos valores mencionados nos parágrafos terceiro e quarto acima isentará a sociedade das quotas e os demais sócios de quaisquer outros pagamentos ao Sócio de Saída ou a qualquer sucessor, inventariante ou curador do Sócio de Saída, a qualquer título.

CLÁUSULA 10ª - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Os administradores nomeados, **ALESSANDRA MAGALHÃES DA SILVA** e **LUCIANO CARDOSO DA SILVA** declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLAUSULA 11ª - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A responsabilidade técnica pela execução dos serviços profissionais prestados pela Sociedade, de acordo com os objetivos sociais, estará a cargo dos administradores que responderão pelos serviços contábeis previstos no artigo 25 do Decreto-Lei nº 9.295/46, salvo aqueles previstos na alínea “c” para os sócios técnicos em contabilidade.

CLÁUSULA 12ª - DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandra Magalhaes Da Silva e Luciano Cardoso Da Silva. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 223D-8FFF-6742-29F4.

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandra Magalhaes Da Silva e Luciano Cardoso Da Silva. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 223D-8FFF-6742-29F4.

Os administradores da sociedade declaram, sob as penas da Lei, que:

- a) A Sociedade se enquadra na condição de microempresa;
- b) O valor da receita bruta total da Sociedade não excederá o limite fixado no inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006;
- c) A Sociedade não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do artigo 3º da mesma Lei.

CLÁUSULA 13ª - DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

Toda e qualquer controvérsia que possa surgir da interpretação ou da execução deste Contrato será resolvida por um ou mais árbitros, de acordo com os termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM), com a estrita observância à legislação vigente, em especial a Lei nº 9.307/96.

Parágrafo Primeiro – Os administradores renunciam expressamente à jurisdição Estatal, prevalecendo a jurisdição arbitral acima de qualquer outra, não comportando exceção. A jurisdição estatal somente funcionará como executora da sentença arbitral.

Parágrafo Segundo – A sede da Arbitragem e da prolação da sentença será a da Cidade de São Paulo.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente Instrumento Particular de Alteração e Consolidação do Contrato Social da sociedade **ROCA SERVIÇOS CONTÁBEIS E FISCAIS LTDA.**, em 01 (uma) via eletrônica, para todos os fins e efeitos de direito.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2021.

Assinado eletronicamente via e-CPF.

ALESSANDRA MAGALHÃES DA SILVA
CPF/MF nº 082.767.807-09
Sócia Administradora

Assinado eletronicamente via e-CPF.


LUCIANO CARDOSO DA SILVA
CPF/MF nº 016.415.167-20
Sócio Administrador em Ingresso

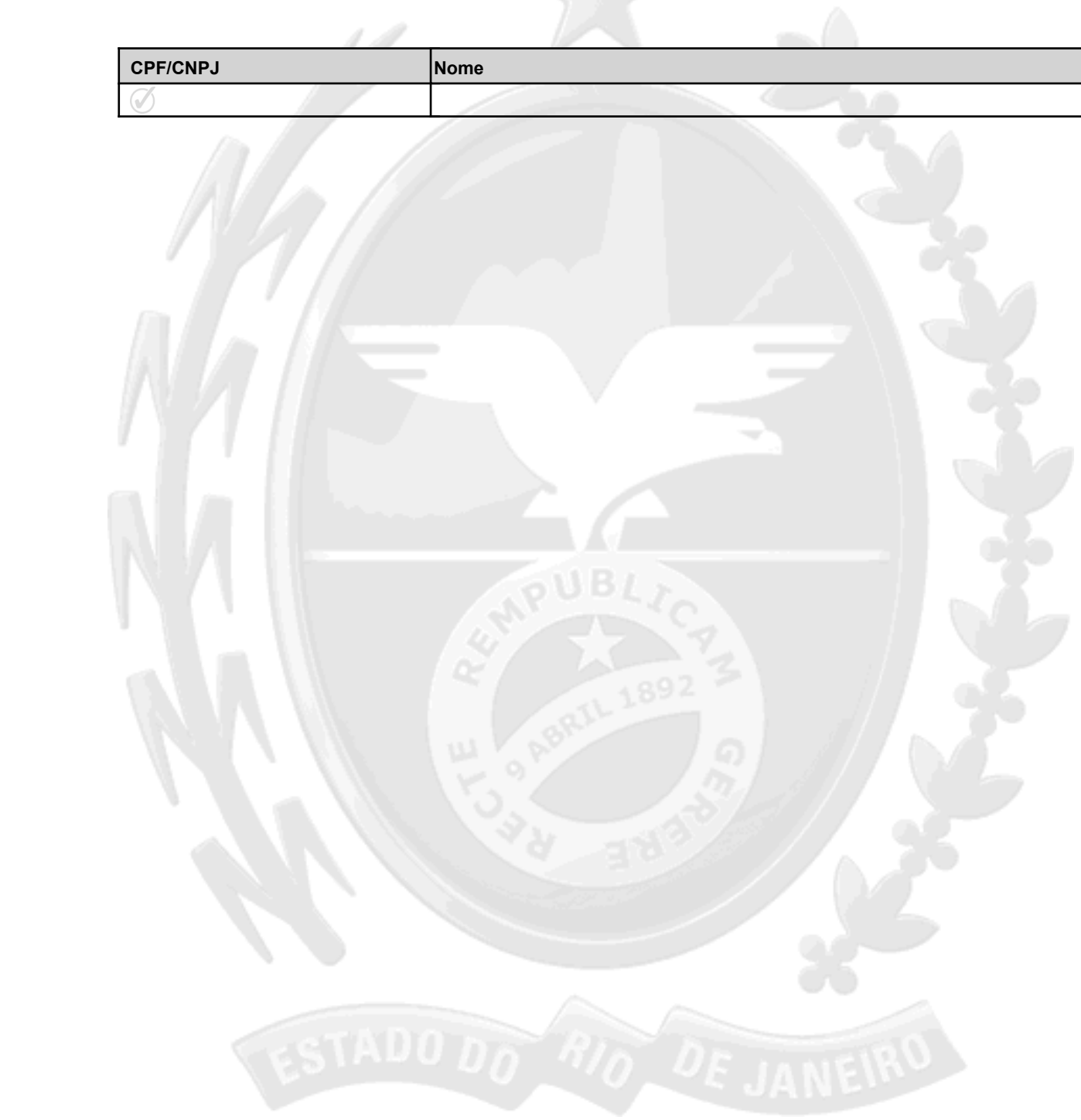
Este documento foi assinado digitalmente por Alessandra Magalhaes Da Silva e Luciano Cardoso Da Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 223D-8FFF-6742-29F4.

Este documento foi assinado digitalmente por Alessandra Magalhaes Da Silva e Luciano Cardoso Da Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 223D-8FFF-6742-29F4.

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA ROCA SERVICOS CONTABEIS E FISCAIS LTDA, NIRE 33.2.0787896-7, PROTOCOLO 00-2021/076266-7, ARQUIVADO EM 23/03/2021, SOB O NÚMERO (S) 00004037612, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
	



23 de março de 2021.



Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
Secretário Geral